



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO

LISTA DE VERIFICAÇÃO – FASE INTERNA

ANEXO I – ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 02/16 – SEGES/MPOG

São os atos administrativos e documentos previstos na Lei nº 10.520/02 e no regulamento do pregão eletrônico (Decreto nº 5.450/05), conjugados com as regras da Lei nº 8.666/93, de aplicação subsidiária, a instruir a fase interna do procedimento licitatório na modalidade pregão, no formato eletrônico:

Processo Nº: 08657.104761/2019-45

Pregão Nº:

FASE	ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS A SEREM VERIFICADOS	SIM / NÃO / NÃO SE APLICA	OBS.
ABERTURA DO PROCESSO	1. Abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado (art. 3º, III, da Lei nº 10.520/02, art. 30, <i>caput</i> , do Decreto nº 5.450/05, art. 38, <i>caput</i> , da Lei nº 8.666/93, e item 5.1 da Portaria Normativa SLTI/MPOG nº 5, de 19.12.02)?	SIM	-
SOLICITAÇÃO DO OBJETO	2. Consta a solicitação/requisição do objeto, elaborada pelo agente ou setor competente? Acórdão 254/2004-Segunda Câmara-TCU	SIM	DOD (Doc SEI nº 20127587)
EXIGÊNCIA DE AMOSTRA	3. Encontra-se prevista a exigência de amostra ou prova de conceito para algum item?	NÃO	-
	3.1 A exigência está clara, precisa e acompanhada de metodologia de análise?	NÃO SE APLICA	-
	3.2 A exigência está prevista na fase de aceitação, após a etapa de lances, e apenas para o vencedor?	NÃO SE APLICA	-
JUSTIFICATIVA DA	4. A autoridade competente	SIM	- Estudo Técnico Preliminar da

NECESSIDADE	justificou a necessidade da contratação (art. 3º, I da Lei nº 10.520/02, arts. 9º, III, § 1º e 30, I, do Decreto 5.450/05 e art. 2º, <i>caput</i> , e parágrafo único, VII, da Lei nº 9.784/99)?		Contratação (SEI nº 20127647) - Autorização 19 (Doc SEI nº 20138555)
JUSTIFICATIVA SRP	4.1 No caso de contratação por registro de preços, a autoridade competente justificou a utilização do SRP com base em alguma das hipóteses previstas no artigo 3º do Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013?	SIM	Item 3.2.24 do Estudo Técnico Preliminar da Contratação (SEI nº 20127647)
DEFINIÇÃO DO OBJETO	5.A autoridade competente da unidade demandante definiu o objeto do certame de forma precisa, suficiente e clara?	SIM	Anexo II - Especificação Técnica (Doc SEI nº 20127757)
AUTORIZAÇÃO DO CERTAME	6. Consta a autorização da autoridade competente para a abertura da licitação (art. 38, <i>caput</i> , da Lei nº 8.666/93 e arts. 8º, III e 30, V, do Decreto 5.450/05)?	SIM	Autorização 19 (Doc SEI nº 20138555)
DESIGNAÇÃO PREGOEIRO / EQ. DE APOIO	7.A autoridade competente designou o pregoeiro e a respectiva equipe de apoio?	SIM	Portaria CPL (Doc SEI nº 20138451)
	7.1 A equipe de apoio é formada, na sua maioria, por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego público, preferencialmente, na entidade promotora da licitação?	SIM	-
IRP	8.No caso de licitação para registro de preços a Administração realizou o procedimento de Intenção de Registro de Preços - IRP, visando o registro e a divulgação dos itens a serem licitados?	SIM	Extrato IRP (Doc SEI nº 21515277)
	8.1 No caso de dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços - IRP, há justificativa do órgão gerenciador?	NÃO SE APLICA	-
	8.2 No caso de existir órgãos ou entidades participantes, a	SIM	Minuta Edital pós IRP (Doc SEI nº 21908227)

	Administração consolidou as informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização?		
	8.3 A Administração confirmou junto aos órgãos ou entidades participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos, preços estimados e termo de referência?	SIM	Termo de Justificativa de Participação Órgãos COMPILADO (Doc SEI nº 21861306)
PESQUISA DE PREÇOS	9.Foi realizada ampla pesquisa de preços do objeto da licitação baseada em critérios aceitáveis na forma prevista na IN SLTI/MP nº 5, de 27 de junho de 2014?	SIM	Nota Técnica (Doc SEI nº 25272411)
	9.1 Tratando-se de serviço, existe orçamento detalhado em planilhas que expresse a composição de todos os seus custos unitários baseado em pesquisa de preços praticados no mercado do ramo do objeto da contratação?	NÃO SE APLICA	-
	9.2 Para fins de orçamentação e análise de vantajosidade nas licitações de bens e serviços, foram priorizados os parâmetros previstos nos incisos I (Portal de Compras Governamentais) e III (contratações similares de outros entes públicos) do Art. 2º da IN SLTI/MP nº 5, de 2014?	SIM	Nota Técnica (Doc SEI nº 25272411)
INDICAÇÃO DE RECURSOS	10.O procedimento licitatório possui a indicação do recurso próprio para a despesa, caso não seja SRP?	NÃO SE APLICA	SRP
MINUTA DE EDITAL	11.Há minuta de edital e anexos?	SIM	Minuta do Edital (Doc SEI nº 25238008) Anexo II (Doc SEI nº 22239405) Anexo III (Doc SEI nº 20137947) Anexo VI (Doc SEI nº 20137981) Anexo V (Doc SEI nº 20138105)
		SIM	Minuta do Termo de Referência

	11.1 termo de referência;		(Doc SEI nº 25236813)
	11.2 contrato ou documento assemelhado;	SIM	Anexo VI (Doc SEI nº 20137981)
	11.3 ata de registro de preços, se for o caso; e	SIM	Anexo III (Doc SEI nº 20137947)
	11.4 planilha de quantitativos e custos unitários, se for o caso (serviço).	NÃO SE APLICA	Aquisição
JUSTIFICATIVA PREGÃO PRESENCIAL	12.No caso de realizada a licitação por pregão presencial, consta a justificativa válida quanto à inviabilidade de utilizar-se o formato eletrônico?	NÃO SE APLICA	Pregão Eletrônico
PROPOSTAS APRESENT.	13.O edital prevê a forma de apresentação da proposta comercial, com a indicação precisa de como o valor deve ser ofertado (total ou por item), incluindo, caso necessário, a apresentação da planilha de custos?	SIM	Itens 5.3.6, 6 e 7
PROPOSTAS PRAZO	14.O Edital estabelece prazo razoável de validade das propostas comerciais compatível com a duração do certame e dentro dos prazos previsto na legislação vigente?	SIM	Item 6.15
ENVIO DE DOC. COMPLEM.	15.O edital fixa o prazo de envio de documentos complementares à habilitação de acordo com a IN nº 1, de 26 de março de 2014 (mínimo 120 minutos), pela ferramenta de convocação de anexo?	SIM	Item 8.32.1
MARGEM DE PREFERÊNCIA	16.Foram consultados os decretos que dispõem sobre margem de preferência?	SIM	Item 8.22
BENEFÍCIOS LC 123/06	17.Foi prevista a aplicação dos benefícios dispostos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, e seu	SIM	Item 8.22

	regulamento, o Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015?		
PARECER JURÍDICO	18.Os autos foram instruídos com parecer jurídico?	SIM	PARECER n. 4215/2019/CJU-RJ/CGU/AGU (Doc SEI nº 23047329)
	18.1 Houve alteração sugerida pela assessoria jurídica, bem como o retorno dos autos para parecer conclusivo, caso aquela tenha requerido?	SIM	PARECER n. 1742/2020/CJU-RJ/CGU/AGU (Doc SEI nº 25918040)
	18.2 Houve algum ponto em que não foi aceita a recomendação da assessoria jurídica com a devida justificativa para tanto?	SIM	O item 55, (e) do parecer não foi totalmente implementando, conforme o justificado na Nota Técnica 10 (Doc SEI nº 26095308), parágrafo 5.15.3 e seguintes.
PUBLICAÇÃO PRAZO	19.O prazo definido para publicação é adequado ao objeto da licitação, considerando a complexidade do objeto, em respeito aos princípios da publicidade e da transparência?	NÃO SE APLICA	A publicação só pode ser efetivada após o cumprimento das recomendações da CJU. Dessa forma, ainda não os termos definidos, mas serão observados todos os requisitos legais.
PUBLICAÇÃO ALCANCE	19.1 Quanto ao âmbito de publicação houve obediência ao disposto no Art. 17 do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 e IV, §1º, Art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011?	NÃO SE APLICA	A publicação só pode ser efetivada após o cumprimento das recomendações da CJU. Dessa forma, ainda não os termos definidos, mas serão observados todos os requisitos legais.



Documento assinado eletronicamente por **MAYALU FARIA FRANCISCO GOUGET, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 15/06/2020, às 10:49, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **26206447** e o código CRC **1C840AB4**.



Referência: Processo nº 08657.104761/2019-45



SEI nº 26206447